

AVALIAÇÃO EXTERNA NO CONTEXTO DA POLÍTICA NEOLIBERAL: A INTERFACE ENTRE SAEB E SISPAE.

Maria de Fátima Matos de Souza

Introdução

A institucionalização e consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), pelo governo brasileiro, sinaliza sua relação direta com as demandas do Banco Mundial, considerando que a avaliação das escolas e das redes de ensino é um atributo presente no conjunto das reformas educacionais praticadas desde a década de 1980, em escala internacional (FREITAS, 2007).

Uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro é a criação do Saeb, um mecanismo de avaliação externa e em larga escala, que faz um diagnóstico da qualidade do ensino brasileiro, por meio de testes padronizados, objetivando avaliar o desempenho dos estudantes, com foco no rendimento do aluno nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e no desempenho dos sistemas de ensino, com a publicação das informações que são produzidas pelo sistema de avaliação externa, em larga escala, “as provas são o coração da avaliação de desempenho escolar e sua garantia de validade” (GATTI, 2013, p. 49).

É nesse contexto que nasce o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE), com a mesma lógica, com a mesma finalidade do Saeb, a de realizar diagnóstico da realidade educacional paraense, a partir de testes padronizados, em nível nacional. A partir de sua implantação, o estado do Pará passa a conviver concomitantemente com os dois tipos de avaliações externas em larga escala do Saeb e o SisPAE, ambos com a finalidade de aferir o conhecimento dos estudantes do Estado do Pará nas disciplinas de Português e Matemática.

Metodologicamente o estudo se pautou na pesquisa bibliográfica e documental, tendo como método de investigação a abordagem qualitativa, que partindo da compreensão de Chizzotti (2006, p. 28), que a conceitua como uma pesquisa que, “usando, ou não, quantificações, pretende interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem”.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica Brasileira e sua influência na criação do Sistema Nacional de Avaliação

O Saeb reafirma o papel da avaliação externa em todo o território brasileiro, buscando evidenciar sua finalidade, de induzir estados e municípios a criarem sua própria política de avaliação da aprendizagem, através das avaliações internas em larga escala. A partir da implantação do Saeb, na década de 1990, a avaliação do rendimento escolar passou a ser a mais evidente pauta de preocupação do governo federal, diante do processo de coordenação da política educacional brasileira. Segundo Bonamino (2002, p. 89), a institucionalização do Saeb é entendida como:

[...] um processo que, para garantir o desenvolvimento de uma avaliação de longo alcance e de caráter sistemático, passa a dispor de instituições, profissionais e recursos financeiros específicos, que lhe permitem contar com a infra-estrutura material e humana em condições de prover os fundamentos conceituais e as capacidades operacionais necessárias à implementação de uma avaliação da educação básica de abrangência nacional. ”

De acordo com os escopos oficiais, o Saeb objetiva consolidar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro abrangendo também alguns outros fatores que possam intervir no desempenho do aluno, fornecendo um indicativo acerca da qualidade do ensino que é oferecido. Nesse sentido, o Saeb é um conjunto de avaliações externas em larga escala que possibilita ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante (BRASIL, 2019).

Os documentos oficiais do Saeb justificam sua existência como um elemento importante no monitoramento das políticas públicas na área educacional, com a finalidade de melhoria da qualidade, equidade e eficiência da educação básica. Nas palavras de Bonamino e Franco (2001), o Saeb é um coletor e organizador de dados estatísticos via mensuração de avaliações externas e a instauração de padrões de proficiência com foco na aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema, produzindo parâmetros gerais.

No Pará, a partir dessa mesma concepção do SAEB foi criado em 2013 o SISPAE, utilizando os mesmos instrumentos, com objetivo de coletar informações sobre o desempenho escolar, mediante a aplicação de provas, que conferem o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos estudantes, por meio de questionários contextuais, voltados tanto para os alunos, professores e equipes das unidades escolares, com o objetivo de obter dados sobre perfil socioeconômico do aluno e a trajetória escolar, características da turma, gestão e infraestrutura da escola e perfil dos professores e gestores escolares.

O SisPAE é um programa de avaliação criado para acontecer nas escolas paraenses, a aplicação das provas deveriam ocorrer anualmente, o que se efetivou nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, no ano de 2017 não houve tal avaliação, pois, com a substituição do CAEd pela VUNESP, para o SisPAE/2014 foi delineada uma versão ampliada, ou seja, com um planejamento que inicialmente seria para 5 anos, mas foi reduzida para 3 anos¹ (2014-2016), considerando tempo suficiente para que a Seduc pudesse montar um grupo de profissionais para apropriação e posterior condução das edições nos anos seguintes (REVISTA SISPAE, 2016).

O SisPAE faz parte de uma das ações do Pacto pela Educação do Pará, que é uma conjuntura de esforços do Estado, municípios e sociedade civil, atuando em regime de colaboração, em proveito da melhoria da qualidade da educação pública. A exigência de um sistema de avaliação faz emergir o Pacto pela Educação do Pará, uma iniciativa do Governo do Estado paraense, em conjunto com organismos internacionais, a partir de financiamento.

O Estado aderiu ao pacto, apresentado como estratégia de enfrentamento dos baixos índices educacionais do Estado, o Pará registrou, em 2013, o segundo pior Ideb do Brasil, na etapa do Ensino Médio, alcançando a nota (2,7), distante de atingir a meta nacional estabelecida que era de (3,2). Além de não alcançar a meta projetada para o Ensino Médio, o Pará também não conseguiu atingir a meta nacional estabelecida para a etapa final do ensino fundamental que era de (4,0), alcançando apenas a nota (3,4), o que o colocava em uma posição de um Estado que enfrentava sérios problemas com a qualidade do ensino ofertado.

Quando observados os resultados gerais do estado do Pará por distribuição dos

alunos por Padrões de Desempenho nas disciplinas estudadas na etapa avaliada, revela-se um percentual elevado de estudantes nos Padrões de Desempenho Abaixo do Básico e Básico, em todas as edições. Considerando o percentual de alunos em Língua Portuguesa em 2014, corresponde a 80% dos alunos que se encontravam nos Padrões de Desempenho não satisfatório. Em 2015, foram 72,7%, em 2016 esse percentual foi de 68,1 % e na edição de 2018 observa-se que 68,2 % dos alunos demonstraram aprendizagem abaixo do esperado ou demonstraram ter aprendido o mínimo do que era proposto para seu nível de escolaridade.

No SisPAE, há a mesma preocupação apontada por Sousa (2014), o que se deve ao fato de o mesmo ter sido gestado pelo SAEB, ou seja, atreladas à lógica mercadológica, que se traduz como mecanismo de controle do Estado do Pará, ao alcance de metas, nossos estudos demonstraram que tal política não sutil efeito, pois, não houve o aumento expressivo do Ideb, ao contrário, o desempenho dos alunos não consegue ultrapassar o nível adequado, tampouco alcançar o avançado. E, atualmente, a rede pública paraense encontra-se entre as últimas colocadas no desempenho escolar no Brasil, conforme descrito nos indicadores nacionais do Inep.

Considerações Finais

Os resultados do SisPAE, desde 2013, ainda não foram suficientes para melhorar a qualidade do ensino paraense, como se propõe. O Ideb das escolas, apesar de terem melhorados, ainda não conseguiram atingir a meta estipulada, fazendo com que o estado no rank das escolas brasileiras continue apresentando resultados ruins, ficando nas últimas posições, recaindo em cima das escolas a responsabilidade pelo baixo desempenho escolar dos alunos.

Importa destacar que a lógica avaliativa está sob a tutela de um modelo de gestão gerencialista, marcado por uma busca constante pela eficiência e eficácia dos serviços oferecidos no ensino público brasileiro em geral e paraense em particular. Para isso, são fortalecidas as estratégias de controle por meio de avaliações padronizadas, que não contribuem efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino, apenas para aferir uma nota à escola.

Referências

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências.** 2002. Rio de Janeiro, Quartet, 192 p.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em 13 de abr. 2021.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas ou Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas, SP: autores Associados, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. Possibilidades e fundamentos de Avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, Adriana.; GATTI, Bernadete A. (Org.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**. Florianópolis: Insular, v. 2. 2013. p. 47-69.

PARÁ, **Sistema de Governança do Pacto pela Educação do Pará**. Belém: [s.n.], 2016.

SOUSA, Sandra Zakia Lian. **Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala**. Avaliação, Campinas, Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 407- 420, jul. 2014.